



Assembleia Municipal de Óbidos		1
Ata n.º 2	Reunião de 29/04/2016	

**ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÓBIDOS,
REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2016**

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, pelas dezoito horas e cinquenta minutos, no auditório dos Edifícios Centrais do Parque Tecnológico de Óbidos, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

Ponto Um - Intervenção do público;-----

Ponto dois - Período antes da Ordem do Dia;-----

Ponto Três - Apreciação e eventual aprovação do reconhecimento do interesse público municipal na ampliação das instalações do Projeto “Campo Aventura”, com sede na Freguesia de Olho Marinho;-----

Ponto Quatro - Apreciação e eventual aprovação do reconhecimento do interesse público municipal da atividade de formação e treino de equipas de competição a desenvolver pela ASUPP - Associação de Stand Up Paddle Boarding de Portugal, com sede na Freguesia do Vau;-----

Ponto Cinco - Apreciação e eventual aprovação do reconhecimento do interesse público municipal do local de enchimento de pulverizadores, localizado no Carregal, sito na Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Sobral da Lagoa; -----

Ponto Seis – Declarações no âmbito da LCPA, para conhecimento, conforme o previsto na alínea c) do n.º 2 do artigo 15.º da LCPA, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;-----

Ponto Sete - Avaliação de terreno da ETAR do Casalinho – Relatório de peritagem, para conhecimento;-----

Ponto Oito - Apreciação e eventual aprovação do Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação – 2015, conforme previsto na alínea l) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

Ponto Nove - Apreciação e eventual aprovação dos documentos de Prestação de Contas do Município de Óbidos, relativo ao exercício do ano de 2015;-----

Ponto Dez - Relatório e Contas da Óbidos Criativa, E.M. do exercício de 2015, para conhecimento;-----

Ponto Onze - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Óbidos acerca da atividade do município, de acordo com a alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

---O senhor presidente da Assembleia Municipal, cumprimentou todos os presentes, tendo aproveitado para esclarecer que a reunião se realizava naquele local, com o intuito destas serem feitas de modo descentralizado, levando assim os membros da Assembleia Municipal a locais de grande relevância para a vida municipal, e de seguida, a segunda Secretária, Ana Margarida Reis, fez a chamada.-----

--- **Presenças** - Telmo Henrique Correia Daniel Faria, José Rodrigues Machado, Fernando Jorge Sousa e Silva, Anabela Blanc Capinha Corado, Ana Margarida da Mata Antunes Marques Reis, Maria Cristina Fernandes Rodrigues, José Luís Rocha de Oliveira, Carlos Miguel Leandro Sousa, Miguel Ângelo Pires Trindade Silvestre, Sílvia Maurício Correia, João António Sousa Veludo, Ana Catarina Brás de Carvalho, Ricardo Miguel Pereira Duque, Jorge Joaquim Madeira Veloso, Luís Miguel Gonçalves de Oliveira, Laura Sousa Rodrigues de Castro Ferreira, Dina Fernanda Pereira Vieira, Joana dos Santos Silva Machado, João Carlos Marques Costa, José Rui Pereira da Silva Raposo, José Manuel Ferreira Simões, Luís José do Coito



Assembleia Municipal de Óbidos		2
Ata n.º 2	Reunião de 29/04/2016	

Ribeiro, Hélder José Mineiro Mesquita, João Paulo Herculano Rodrigues, Evaristo Ferreira Ribeiro e Joaquim dos Santos Martins.-----

---**Substituições** – O deputado Albino Agostinho de Sousa, fez-se substituir pelo deputado Carlos Miguel Leandro Sousa, o deputado Francisco Lage Raposo Brás Teixeira fez-se substituir pelo deputado João António Sousa Veludo; os deputados João Paulo de Oliveira Cardoso e Custódio de Sousa Santos, foram substituídos pelos deputados Laura Sousa Rodrigues de Castro Ferreira e José Rui Pereira da Silva Raposo respetivamente.-----

--- **Quórum** – Vinte e seis presenças.-----

--- **Faltas** – Registou-se a falta dos deputados Albino Agostinho de Sousa, Francisco Lage Raposo Brás Teixeira, Anabela Braga Adónis, João Paulo de Oliveira Cardoso, Custódio de Sousa Santos e Heitor Carvalho da Conceição.-----

---Antes de dar início ao ponto um da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao primeiro secretário, para que este lesse a correspondência recebida, que foi a seguinte:-----

---Foi recebido um e-mail proveniente do Grupo Parlamentar Os Verdes a dar conta de um conjunto de questões que foram dirigidas aos Ministérios da Economia e do Ambiente pelos senhores deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia, sobre a laboração da pedra de gesso em Avarela, acrescentando que foi dado conhecimento do mesmo aos porta vozes dos grupos municipais da Assembleia Municipal, e que, este estaria disponível para consulta.-----

---Informou ainda que foram recebidos os pedidos de justificação de falta e de substituição, dos deputados Francisco Brás Teixeira, João Paulo Cardoso, Albino Sousa e Custódio Santos.-----

---O senhor Presidente da Câmara tomou a palavra, cumprimentou os presentes, e não obstante ao facto de ter pedido inicialmente autorização à mesa para que o diretor executivo da Obitec Miguel Silvestre pudesse fazer uma pequena apresentação dos trabalhos desenvolvidos, regozijou-se pelos resultados alcançados e pelo trabalho desenvolvido no Parque Tecnológico de Óbidos.-----

Salientou também o facto que a taxa de ocupação de empresas rondaria cerca de cem por cento, estando a trabalhar mais de cento e cinquenta pessoas na Obitec, acrescentando que esta tem sido muito solicitada para conferências nacionais e internacionais como caso de estudo de sucesso.-----

Destacou ainda o entrosamento entre a OBITEC, Edifícios Centrais e as próprias empresas com a área da educação, lembrando que estaria a ser ministrado aos jovens, ensino de iniciação à programação, nos Edifícios Centrais.-----

Finalizou a sua intervenção referindo-se à auto sustentabilidade da OBITEC como nota final lembrando que esta teria tido resultados operacionais do exercício muito positivos na sequência do aumento que tiveram de ocupação de espaço e por conta dos valores por metro quadrado, considerando que a elevada taxa de ocupação era fruto da capacidade de atração e da dinâmica do ecossistema que ali foi criado.-----

---Na qualidade de diretor executivo da Obitec tomou a palavra o Dr. Miguel Silvestre, que se centrou no facto do Parque Tecnológico de Óbidos ter um conjunto de empresas de diversas áreas, criando assim canais de comunicação entre as empresas residentes e externas, estando a ser desenvolvidas a um conjunto de parcerias a nível nacional e internacional, sendo este um culminar de um longo processo de obras e instalação de equipamentos, tendo destacado o elevado grau de satisfação por parte das empresas-----



Assembleia Municipal de Óbidos		3
Ata n.º 2	Reunião de 29/04/2016	

No que diz respeito aos projetos de educação levados a cabo no PTO, referiu a dificuldade existente em existirem profissionais especializados na área da programação, sendo esta uma forma de solucionar esta lacuna.-----

Por último, referiu que os Edifícios Centrais teriam sido considerados património reconhecido e premiado a nível nacional e internacional.-----

---O senhor Presidente da Assembleia Municipal regozijou-se e felicitou o Município pelo projeto do Parque Tecnológico de Óbidos.-----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

Ponto Um - Intervenção do público-----

---Pedi a palavra o senhor Pedro Vítor, na qualidade de trabalhador da empresa Nutriaves, tendo parabenizado inicialmente os responsáveis pelos Edifícios Centrais do Parque Tecnológico de Óbidos.-----

Demonstrou ainda a sua preocupação no que dizia respeito ao eventual encerramento dos pavilhões da empresa da qual exercia funções, pondo em causa os postos de trabalho de cerca de cem trabalhadores, tendo solicitado esclarecimentos e as viabilidades que o Concelho lhes teria para oferecer em termos de mercado de trabalho.-----

---Pedi a palavra o senhor Osvaldo Agostinho, na qualidade de pai, encarregado de educação e representante da Federação Regional das Associações de Pais e Encarregados de Educação de Leiria que, após ter cumprimentado os presentes, questionou o executivo acerca da alimentação ministrada nas escolas de Óbidos, alertando para o facto de existirem várias queixas por parte das crianças acerca da qualidade da mesma, sendo este um problema que está por solucionar à anos.-----

---O senhor Presidente da Câmara, em resposta ao senhor Pedro Vítor, referiu que não obstante à importância da questão em causa, existiam regras que teriam de ser escrupulosamente cumpridas, em prejuízo da comunidade, da economia e de uma região, tendo sido encetadas várias diligências sem sucesso por parte do executivo municipal, para o cumprimento das medidas constantes da Declaração de Impacto Ambiental da empresa em questão, sendo esta, na sua opinião, uma das causas principais para o aumento exponencial de moscas no Concelho de Óbidos.-----

No que diz respeito à possível redução dos postos de trabalho, explicou que o investidor não pode passar a responsabilidade a terceiros quando o próprio não cumpriu com as condicionantes que lhe foram impostas contudo, demonstrou disponibilidade por parte do Município em colaborar na resolução da situação, tendo mencionado a hipótese da requalificação dos profissionais nesta área em particular.--

No que diz respeito à alimentação nas Escolas, o senhor Presidente da Câmara referiu que já teriam sido tomadas diligências nesse sentido, desde o decorrer da última Assembleia Municipal, salientando que teria sido verificada uma melhoria substancial das quantidades e da qualidade, tendo ainda solicitado para que os interessados continuassem a fazer chegar informação acerca da alimentação.-----

Ponto Dois - Período antes da Ordem do Dia-----

--- **APROVAÇÃO DE ATA:** - Foi presente para aprovação a ata número um, referente à reunião ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e seis de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis.-----

---A senhora deputada Cristina Rodrigues cumprimentou os presentes e recordou o disposto no número cinco do artigo quadragésimo primeiro do Regimento da Assembleia Municipal que a ata de cada reunião deveria ser enviada a todos os membros da Assembleia, para a devida apreciação, no prazo máximo de um mês



Assembleia Municipal de Óbidos		4
Ata n.º 2	Reunião de 29/04/2016	

sobre a data da reunião a que se refere, tendo destacado ainda que o grupo de trabalho do Partido Socialista teria proposto aquando da elaboração do Regimento que as atas fossem elaboradas no prazo de quinze dias, tendo pedido por último que, fosse mais célere a elaboração da ata e a sua distribuição.-----

---A senhora deputada Ana Catarina Carvalho referiu que constaria na página número dois da ata da reunião da Assembleia Municipal realizada no dia vinte e três de Setembro que, o presidente da Assembleia Municipal referiu que os grupos municipais do PS e CDU solicitaram, a título informal, que as reuniões pudessem vir a ser marcadas a partir das vinte horas, onde o senhor presidente afirmou que nada tinha a opor, tendo aproveitado a senhora deputada para alertar para os inconvenientes na realização da Assembleia Municipal iniciar em horário normal de trabalho, sugerindo que a hora de início passasse a ser às vinte horas, devido aos compromissos profissionais dos deputados municipais bem como a dificuldade de participação por parte do público.-----

---O senhor presidente da mesa da Assembleia Municipal tomou em boa nota as sugestões apresentadas, esclarecendo que seria unicamente da competência da mesa a ordem de trabalhos bem como o horário da Assembleia Municipal.-----

No que dizia respeito à aprovação da ata, referiu ainda que de acordo com a legislação em vigor, não poderiam fazer parte da votação os membros que não participaram na última reunião.-----

--- Passou-se à votação tendo esta sido aprovada por unanimidade-----

---Aprovada em minuta por unanimidade.-----

---O senhor deputado José Machado pediu a palavra cuja intervenção se transcreve: " As intervenções dos senhores Presidente da Câmara e Diretor da Obitec, assim como a nossa presença hoje aqui, no Parque Tecnológico, sugere que, face aos investimentos realizados, maioritariamente com dinheiros públicos - fundos da União Europeia e também do município, para além de investimento privado – se faça uma reflexão sobre o que se realizou, os resultados já obtidos e aqueles que se pretendem para os próximos anos. Neste momento, não vale a pena gastarmos tempo a discutir eventuais alternativas de investimento ao que aqui está feito, A obra realizada deverá ser, o mais possível, rentabilizada e útil, designadamente com efeitos económicos e sociais.-----

A propósito, recorda-se a seguinte passagem do discurso do Senhor Presidente da Câmara, no feriado municipal deste ano:-----

Só o Parque Tecnológico de Óbidos já movimenta cerca de duzentas pessoas, quase exclusivamente de empregos novos.-----

Ora, segundo declarações à comunicação social do anterior Presidente da Câmara, há mais de seis anos, já então o Parque Tecnológico tinha duzentos trabalhadores. Eram os que foram transferidos das anteriores instalações do grupo Janela Digital, vindos de Caldas da Rainha para Óbidos. Essa transferência de instalações cedidas pelo município das Caldas à Janela Digital, motivou o agravamento da tensão pública entre os então presidentes das Câmaras de Caldas e de Óbidos.-----

Existindo atualmente duzentos trabalhadores no Parque Tecnológico, parece que não houve aumento global de postos de trabalho, mas apenas a diminuição no grupo Janela Digital foi compensada por outras empresas que, em boa parte, estavam no Convento de São Miguel até serem transferidas para o Parque Tecnológico, após a construção do edifício onde nos encontramos.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		5
Ata n.º 2	Reunião de 29/04/2016	

Quanto ao terceiro edifício que está construído no Parque Tecnológico, com barras amarelas, foi uma ideia criativa que não gerou qualquer posto de trabalho persistente. Importa encontrar uma utilização para este edifício que foi financiado por dinheiro público, assim como para os muitos lotes que estão desocupados e cujas infraestruturas estão feitas.-----

Em Portugal existe um deficit recorrente na avaliação e monitorização dos projectos que são levados a cabo, independentemente da sua fonte de financiamento. Uma sugestão que deixamos, reconhecendo a importância das infraestruturas que estão criadas no Parque Tecnológico e as empresas que aqui se instalaram, é que se faça uma permanente monitorização da evolução da ocupação do parque. Seria interessante acompanhar vários rácios, nomeadamente dividindo o total do investimento público no Parque Tecnológico, que atingiu um número apreciável de milhões de euros, pela quantidade de postos de trabalho que já originou, diretos e indiretos, pelo número de empresas que se instalaram, pelo volume de negócios que apresentam, de modo a conhecermos o impacto local e regional desta importante infraestrutura. -----

Essencialmente por razões de conjuntura, também no concelho de Óbidos aumentou o desemprego, comparativamente ao início do funcionamento do Parque Tecnológico. E também devido à crise internacional e nacional, não cresceu e até diminuiu a quantidade global de postos de trabalho.-----

Recomendamos que Óbidos se adapte ao novo ciclo político nacional, iniciado com o atual Governo e fortalecido com o atual Presidente da República. Salienta-se o recente discurso do dia vinte e cinco de abril do Presidente da República, em que nos reconhecemos nas suas análises e propostas, na sequência do que já dissemos na sessão de fevereiro desta Assembleia Municipal e que consta na ata hoje aprovada.-----

Também no nosso concelho há possíveis caminhos diferenciados quanto à governação municipal e ao modo de se atingir as metas municipais e nacionais. -----

Citando o atual Presidente da República, cada caminho é plural, mas querendo ser alternativo ao outro. -----

Devemos todos trabalhar para haver acordo de objetivos concelhios, sem prejuízo de distintos modelos de governação municipal.-----

Importa avaliar para a visão de futuro ser ajustada à realidade atual. O que está feito, está feito! Por exemplo: as dificuldades colocadas no licenciamento de edifício que não chegou a ser aqui construído, num dos muitos lotes desocupados do Parque Tecnológico, e que, como recurso, foi para a zona industrial, onde criou meritoriamente postos de trabalho para desempregados. Estou-me a referir aos lamentos que a Dra. Zita Seabra, figura pública, que reside no concelho de Óbidos, fez e que tiveram eco na comunicação social, incluindo na televisão. Mas o passado passou, dele devemos colher apenas lições, não guardar ressentimentos, e tentar fazer melhor no futuro, respeitando a lei mas aliviando e agilizando a burocracia.-----

O tempo que vivemos recomendará que o sucesso deste empreendimento poderá passar pela transformação deste espaço no Parque Tecnológico do Oeste. Tal facilitaria investimentos numa ótica mais alargada e a sua gestão poderia evoluir para uma entidade com maior área territorial.-----

A sigla PTO manter-se-ia, mas o “O” em vez de ser de Óbidos passava a ser do Oeste, portanto mais abrangente mas ficando no mesmo local.-----



Assembleia Municipal de Óbidos	6
Ata n.º 2	Reunião de 29/04/2016

---O senhor Presidente da Câmara em resposta ao senhor deputado José Machado, referiu que há uma diferença entre aquilo que são os postos de trabalho criados pelos Edifícios Centrais e, os postos de trabalho criados no todo do conjunto dos Edifícios Centrais e Parque Tecnológico ou Janela Digital, esclarecendo que referiu no seu discurso que seria possível atingir os duzentos postos de trabalho nos Edifícios Centrais do Parque Tecnológico, tendo convidado o senhor deputado José Machado a presenciar o número de postos de trabalho que ali teriam sido criados.---
Adiantou ainda que a taxa de ocupação rondaria os cem por cento e que teriam sido criados cento e cinquenta postos de trabalho.-----

Afirmou também que o senhor deputado seria manifestamente contra a construção dos Edifícios Centrais tendo questionado relativamente à sua proposta do “Parque de Ciência e Tecnologia do Oeste”, não estando este localizado no centro do Oeste, e se, este pretendia uma administração na OBITEC com representação de todos os Presidentes de Câmara e se achava que essa seria a forma de aumentar a capacidade de atração de empresas e aumentar a capacidade de internacionalização das empresas.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado Jorge Veloso que após ter cumprimentado os presentes, projetou algumas imagens recolhidas no Pinhal de Óbidos de depósitos de estrume, que na sua opinião, evidenciariam uma das possíveis causas das moscas, gerando assim incómodo pelo cheiro forte e nauseabundo, tendo aproveitado para recomendar à Câmara Municipal que procedesse à sua fiscalização.-----

---O senhor Presidente da Assembleia considerou as imagens apresentadas de extrema importância tendo questionado se estas teriam sido recolhidas pelo senhor deputado e, se este as teria feito chegar à Câmara Municipal.-----

---O senhor deputado Jorge Veloso respondeu que teria sido ele a recolher as imagens apresentadas contudo, não as enviou, pois já teria reportado anteriormente outras situações, não tendo tido estas sido consideradas possíveis por parte do executivo municipal.-----

Alertou ainda para a necessidade urgente de substituição das condutas de água no concelho de Óbidos, tendo considerado que, a existente se encontrava obsoleta e teria muitas roturas, não podendo na sua opinião o executivo municipal alegar que não existem fundos comunitários para resolver esta situação, pois este seria um problema urgente, tendo ainda recordado a passagem do discurso do senhor Presidente da Câmara, no feriado municipal de onze de janeiro do corrente ano, quando afirmou “o município de Óbidos acaba de fechar mais um exercício com uma excelente performance financeira.”, sendo da opinião que esta poderia ser utilizada para substituição dos ramais de água, crendo e, tendo ficado na expectativa de resolução por parte do executivo municipal.-----

---Pedi a palavra a senhora deputada Cristina Rodrigues que após ter cumprimentado os presentes, insistiu na necessidade de aplicação do Regulamento de Trânsito da Vila de Óbidos ou avançar-se, para a sua alteração. Salientou ainda o facto da situação da sinalização de trânsito existente não estar concordante com o regulamento vigente e publicado no Diário da República, considerando esta uma situação ilegal e, que teria de ser resolvida, pois a GNR não teria condições para exercer eficazmente a sua ação fiscalizadora para combater os abusos de trânsito e estacionamento persistentes dentro da vila de Óbidos.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		7
Ata n.º 2	Reunião de 29/04/2016	

No que diz respeito ao Santuário do Senhor da Pedra e no seguimento do que teria sido noticiado pela comunicação social, questionou o executivo municipal se já teria sido encontrada solução para o financiamento da obra de grande conservação do Santuário, não obstante ao facto desta não ser propriedade do Município, mas no sentido de aferir como teriam decorrido as conversações com a Administração Central e com as potenciais entidades financiadoras.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado José Raposo, que cumprimentou os presentes, e não obstante ao facto da condução dos trabalhos ser da competência do Presidente da Assembleia Municipal, fez saber que não concordava que, a cada intervenção dos membros da Assembleia, estivesse a ser dada a oportunidade ao senhor Presidente da Câmara para responder, pondo em causa, na sua opinião o bom andamento dos trabalhos, ao que o senhor Presidente da mesa afirmou que se tratou de uma única situação e, excecionalmente teria autorizado pois o senhor Presidente da Câmara pediu expressamente para intervir.-----

No que diz respeito aos trabalhos efetuados pela Comissão de Acompanhamento das situações no Bairro da Avarela (Pedreira e Aviários) e face à intervenção do senhor Pedro Vítor, fez saber que se justificaria que fosse referido que seria do entendimento dos deputados do Grupo Municipal do PCP que, qualquer solução que viesse a ser adotada para resolver os problemas existentes quer na pedreira ou no aviário, não poderiam pôr em causa os postos de trabalho que resultam da existência das empresas, tendo de ser encontradas soluções, de forma a que essa questão ficasse devidamente assegurada.-----

Relativamente à questão dos aviários, salientou que, antes de serem tomadas medidas concretas em torno destes, e pelas audições que a Comissão de Acompanhamento tinha tido a oportunidade de promover, referiu que seria prematuro tomar uma posição firme e fundamentada sobre a origem das pragas de insetos voadores no Concelho de Óbidos e concelhos circundantes, e que iriam ser apresentados oportunamente os resultados dos trabalhos da Comissão.-----

O senhor deputado apresentou ainda uma Proposta de Resolução em nome do Grupo Municipal do PCP que se transcreve:-----

“ Proposta de Resolução – A Vila de Óbidos, pelas particulares características, enquanto agregado populacional histórico, é visitado por muitos turistas, partes dos quais afluem ao mesmo e daqui partem, nas carreiras regulares de autocarro, provenientes ou com destino a Lisboa.-----

Também aqui, partem e chegam, diariamente, dezenas de pessoas, residentes no Concelho de Óbidos que laboram noutros concelhos, viajando de autocarro.-----

Constata-se que, para além de a paragem dos autocarros das carreiras regulares, junto ao pequeno mercado e às escadas de acesso à Porta da Vila, não ter a mínima comodidade para os utentes, a rua em questão, por ser estreita para permitir simultaneamente o estacionamento de veículos nos dois sentidos e a circulação de autocarros, é palco de frequentes conflitos de trânsito.-----

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Óbidos, decide recomendar à Câmara Municipal que adopte as seguintes medidas:-----

1. Interdição do estacionamento de veículos ligeiros de passageiros ou de mercadorias, em toda a extensão da aludida rua e nos dois sentidos;-----
2. Interdição da circulação de veículos automóveis naquela rua, nos dois sentidos, com excepção dos autocarros das carreiras regulares, táxis e dos veículos de socorro e emergência ou para cargas e descargas.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		8
Ata n.º 2	Reunião de 29/04/2016	

Óbidos, vinte e nove de abril de dois mil e dezasseis.-----
Os Proponentes Sílvia Correia e José Rui Raposo”-----
Alertou ainda para o estado das pedras da calçada em frente à farmácia, junto à porta da Vila de Óbidos, pois é da opinião que estas não estariam devidamente colocadas, dando assim origem a quedas dos transeuntes.-----
Solicitou ainda informação acerca do processo da Curva da Cova do Anselmo,, questão esta já abordada em Assembleias passadas.-----
Questionou ainda o executivo municipal acerca do ponto de situação relativamente à construção ilegal de um pavilhão para fins de armazenamento de fruta situado na Freguesia do Vau.-----
Solicitou ainda informação sobre o processo relativo à queixa apresentada pela Câmara Municipal contra a empresa que estaria a explorar calcário no Planalto das Cezaredas.-----
---Pedi a palavra a senhora deputada Sílvia Correia cuja intervenção se transcreve:-
“Tendo em conta o encontro recente da CDU de Óbidos e de representantes do grupo parlamentar do partido Ecologista os Verdes com a Plataforma de Defesa do Bom Sucesso, e a ausência de respostas por parte da Câmara Municipal relativamente às questões colocadas pela Plataforma na passada Assembleia Municipal de Setembro do ano passado, voltamos a trazer este assunto a esta Assembleia Municipal dando voz às nossas preocupações e voltando a chamar a atenção para o crime ambiental que se continua a efetuar na zona do Bom Sucesso e Lagoa de Óbidos.-----
As falésias estão cada vez mais desbravadas e em risco de erosão por falta de vegetação protetora contra os ventos marítimos.-----
Os limites de cem metros da linha de costa para colocação das vedações de propriedade privada não parecem estar a ser cumpridos, deste modo até o vértice geodésico está com acesso dificultado. Há praias que ficaram sem acesso público.---
A declaração de impacto ambiental (DIA) refere especificamente que a água usada para a irrigação dos campos de golfe do conjunto turístico Falésia D’El Rey e Royal Óbidos deve ter origem nas águas residuais produzidas pelos fogos edificadas dos referidos empreendimentos, assim como refere especificamente que não se deve proceder à rega com recurso a água proveniente de furos, sendo esta a última das alternativas possíveis. Mas como não há construção de habitações no local, também não existem águas residuais, e ao que parece já foi aprovada a construção de furos para a irrigação dos campos de golfe.-----
Lembramos aqui que o senhor Presidente mencionou em setembro do ano passado que a Câmara está vigilante sobre estes assuntos, e que o investidor atual está sujeito a muitos cuidados para não ferir o licenciamento, estando a trabalhar nessas regras. Referiu também que o investidor tem demonstrado a sua preocupação com o exemplo de que através do projeto de especialidade quer reduzir o campo de golfe para vinte e quatro hectares, para reduzir os recursos hídricos, e procurar soluções para o aproveitamento de cem por cento das águas minerais tratadas, e está a trabalhar num plano de reflorestação. Nada disto nos parece estar a ser cumprido.---
Tendo tudo isto em consideração, voltamos aqui a perguntar se a Câmara Municipal de Óbidos tem implementado alguma medida de acompanhamento, fiscalização ou contacto com as entidades governamentais responsáveis pelo projeto? E quais as contrapartidas garantidas com a aprovação destes projetos que já conseguiu obter, para além do referido aumento das taxas municipais?-----



Assembleia Municipal de Óbidos		9
Ata n.º 2	Reunião de 29/04/2016	

Agradecemos que as respostas a estas questões não passem novamente por respostas evasivas no sentido de atirar as responsabilidades para anteriores executivos, ou para a culpabilização dos cidadãos por não se terem pronunciado a tempo sobre o empreendimento que foi gerado e licenciado durante estes seus anos de executivo camarário, ou ainda argumentando que foram recusados outros projetos, com impacto ambiental bastante mais gravoso.-----

Em relação aos dragados na lagoa de Óbidos também nos informou que a deposição dos mesmos iria ser feita numa zona de sapal que estava prevista e que iria ser requalificado com a replantação de espécies autóctones. Tem conhecimento que existem dragados que estão colocados fora das zonas previstas e que há zonas previstas onde não foram colocados dragados tendo em conta as placas informativas da APA existentes? E que também não se verificou nenhuma requalificação dos locais após a conclusão da extração e deposição dos dragados nas margens da Lagoa?-----

É competência da Câmara Municipal zelar pelos interesses ambientais do nosso município, tendo a obrigação de alertar, questionar e pressionar as autoridades competentes para o desastre que estes supostos “projetos de interesse nacional” estão a causar na nossa zona costeira que deveria ser preservada”.-----

---Foi pedida a palavra pelo senhor deputado José Luís Oliveira, que aproveitou para saudar os presentes e, para demonstrar o seu desagrado pela forma como foram apresentadas as imagens na presente reunião, pois considerou que como membros da Assembleia Municipal acresce a responsabilidade de em casos como o que foi apresentado pelo senhor deputado Jorge Veloso, se deveria registar a situação, enviar para a Câmara Municipal e confrontar o executivo municipal em sede de Assembleia, caso este não tivesse tomado as medidas necessárias.-----

Referiu-se ainda à Rede de Rega, sendo este um tema que tem vindo a ser desenvolvido à largos anos, tendo louvado e agradecido a todos os intervenientes no processo desde o ano de mil novecentos e setenta e oito até à presente data, e mostrado seu contentamento pelo início dos trabalhos na Estação Elevatória, que no seu entender, iria permitir o trabalhar das terras com regas de elevação e com custos pouco significativos, e dando origem a uma maior produtividade para os agricultores do concelho de Óbidos.-----

---Pedi a palavra a senhora deputada Joana Machado que cumprimentou os presentes, tendo alertado para uma situação relacionada com as equipas educativas alegando que, teria vindo a receber queixas de alguns encarregados de educação e inclusivamente já o teria reportado em reuniões anteriores, não tendo ficado no seu entender, devidamente esclarecido, dando conta que, no sétimo ano estão a ser dadas em horários coincidentes com outras disciplinas nomeadamente Educação Física e Física-Química, não estando estas a ser lecionadas de acordo com o horário estipulado, não tendo sido essa a informação que teria sido transmitida aos pais na reunião tida no início do ano, tendo pedido assim esclarecimentos acerca desta situação.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado João Carlos Costa, que após ter cumprimentado os presentes, referiu-se ao Festival Internacional do Chocolate, parabenizando todos os intervenientes, e aproveitado para demonstrar o seu contentamento e satisfação pelo reconhecimento deste evento e consequente impacto que este teve na Vila de Óbidos, passando esta a ser reconhecida e considerada uma referência a nível nacional e internacional.-----



Assembleia Municipal de Óbidos	10
Ata n.º 2	Reunião de 29/04/2016

Por último, solicitou o ponto de situação no que dizia respeito à necessidade de obras de reabilitação no Santuário do Senhor da Pedra, atendendo ao facto de terem sido realizados alguns concertos, tendo essa sido uma forma de chamar a atenção de possíveis investidores e patrocinadores, de acordo com o que teria sido noticiado.-----

---A senhora deputada Cristina Rodrigues, pediu para esclarecer que o objetivo da intervenção do senhor deputado Jorge Veloso foi de exemplificar que a prática milenar de depositar estrumes a céu aberto se mantém, tendo tomado em boa nota que numa situação futura iria alertar primeiramente a Câmara Municipal.-----

---A senhora deputada Ana Margarida Reis pediu a palavra, dando conta que no âmbito da educação, teria decorrido o mês da juventude intermunicipal, com a presença de Óbidos, tendo sido registada a participação mais de três mil jovens, e desenvolvidas atividades de âmbito cultural, desportivo e criativo nos vários municípios, tendo terminado com um espetáculo no Centro Cultural de Congressos em Caldas da Rainha, também este, com a representação do concelho de Óbidos, ficando a promessa de retomar esta atividade no próximo ano.-----

Referiu ainda, no âmbito das equipas educativas, estaria a ser iniciada uma formação aos docentes, para uma melhor integração nestas equipas e mais abrangente, para que estes estejam ainda melhor preparados no próximo ano letivo.-----

Por último deu conta ainda de um projeto de âmbito desportivo para os alunos deficientes e com necessidades educativas especiais, tendo sido na sua opinião, um despoletar de uma nova iniciativa através do desporto e para uma população tão especial e que Óbidos também já se estaria a identificar.-----

---Tendo terminadas as intervenções o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para que este pudesse responder às questões que lhe foram colocadas.-----

---O senhor Presidente da Câmara Humberto Marques em resposta à intervenção do senhor deputado Jorge Veloso, e tomando em consideração a intervenção da senhora deputada Cristina Rodrigues, referiu que em circunstâncias dessas, deverão ser remetidas de imediato ao conhecimento da Câmara Municipal.-----

No que diz respeito à rede de abastecimento de água no concelho, afirmou que não poderiam existir investimentos no município sem recurso a fundos comunitários, reforçando que a performance da Câmara Municipal seria excelente e, que no âmbito do Portugal 2020 num outro contexto, foram conseguidas garantias de financiamento e consequentemente teria razões para estar expectante e tranquilo quanto ao futuro.-----

Em matéria de financiamento europeu para abastecimento de água, informou que uma nova rede de abastecimento só na vila de Óbidos traduzia-se em milhões de euros, contudo, reiterou e esclareceu que, o novo concurso que teria sido aberto foi apenas para extensões de novas redes e não para a sua substituição, no valor de cem milhões de euros.-----

O novo concurso cuja abertura ainda estaria prevista, seria na sua grande maioria para tecnologia de eficiência de recursos hídricos, e portanto do ciclo urbano da água, concluindo que não iria efetuar obras que pusessem em causa a saúde financeira da Câmara Municipal.-----

No que diz respeito à situação do Santuário do Senhor da Pedra, esclareceu que se tentou chamar a atenção de um ícone do território a partir de uma articulação com a Orquestra Metropolitana de Lisboa, e após algumas missivas, referiu que teriam sido



Assembleia Municipal de Óbidos		11
Ata n.º 2	Reunião de 29/04/2016	

bem sucedidos, após um convite para um almoço que foi feito ao Dr. Pedro Santana Lopes, numa tentativa de sensibilização para a premência de resolução dos problemas estruturais destacando e agradecendo publicamente o acompanhamento de uma deputada desta Assembleia, tendo este assumido o compromisso na resolução dos mesmos adiantando ainda que, já teriam sido efetuadas visitas técnicas dos técnicos da Misericórdia de Lisboa.-----

Deu conta que iria ainda ser dado lugar à outorga de um acordo tripartido entre a Fabrica da Igreja, Câmara Municipal e Santa Casa da Misericórdia-----

Aproveitou ainda a oportunidade para enaltecer o espírito de missão do Dr. Pedro Santana Lopes, que já enquanto Secretário de Estado da Cultura, teria sido ele a tratar dessa recuperação, considerando estas umas excelentes noticias na expectativa que as obras pudessem iniciar o mais rápido possível.-----

No que diz respeito à recomendação que o deputado José Raposo fez à Câmara, disse que seria analisada e avaliada oportunamente.-----

Quando aos insetos voadores, o senhor Presidente da Câmara lamentou que este ainda tivesse dúvidas acerca da sua origem.-----

Relativamente à Curva do Anselmo, estaria a ser tratada pelo senhor Vereador José Pereira em articulação com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Sobral da Lagoa, dando conta que teria sido comprado uma parte do terreno para que a obra pudesse ser feita para a resolução do problema, tendo destacado o empenhamento do executivo municipal bem como do executivo de freguesia nessa matéria.-----

Afirmou que não possuía informação acerca do ponto de situação da queixa que teria sido apresentada pela Câmara Municipal relativamente ao Planalto das Cezaredas.-----

Em resposta à senhora deputada Sílvia Correia, informou que respondeu a todas as questões que lhe teriam sido colocadas em sede de Assembleia Municipal.-----

Referiu ainda que existem acessos a todas as praias e que, em matéria de vedações, esclareceu que estas estariam de acordo com o projeto licenciado ao zero hidrográfico.-----

No que diz respeito ao aumento de taxas, confirmou a informação a que a senhora deputada se teria referido, e esclareceu que antes do ano de dois mil e sete e face à pressão urbanística existente, por forma a tentar entender o executivo municipal subir drasticamente as taxas de urbanização municipais., tendo merecido a aprovação por unanimidade da Assembleia Municipal.-----

Relativamente à questão da água, informou que essa condicionante foi alterada e que não é a Câmara Municipal que licencia essa matéria nomeadamente a captação de furos.-----

Quanto à deposição dos dragados da primeira fase, afirmou que estariam previstas deposições em sapal e que, a câmara o conseguiu evitar, tendo sido feitos estudos para o efeito, e isso teria sido cumprido. Acrescentou que tal facto, obrigou a deposições fora das zonas previstas nomeadamente DS1 e DS3 por duas razões, nomeadamente por haver mais quantidade de dragados do que o inicialmente previsto e, por se terem verificado alterações no espaço da zona de deposição na salvaguarda dessa zona de nidificação e de sapal, tendo lhe sido transmitido por parte da Agência Portuguesa Ambiente na última reunião tida, que a parte de reposição paisagística destas zonas ainda não teria sido feita mas estaria prevista.---



Assembleia Municipal de Óbidos	12
Ata n.º 2	Reunião de 29/04/2016

Em resposta ao senhor deputado José Luís Oliveira relativamente à Rede de Rega, informou que esta seria a única obra de regadio a nível nacional que a DGADR teria, e como tal, pretendiam iniciar a obra em meados de Setembro do presente ano, tendo aproveitado para dar conta que foram efetuadas várias visitas técnicas com a Associação de Regantes para mitigar ao máximo o corte de árvores e prejuízos para os próprios produtores.-----

Em resposta à senhora deputada Joana Machado, pediu para que a senhora Vereadora Celeste esclarecesse a situação.-----

---Tomou a palavra a senhora Vereadora Celeste Afonso, que esclareceu que as equipas educativas são uma metodologia, não havendo propriamente um programa, sendo o programa do ano que seria trabalhado por essa mesma equipa.-----

Coincidindo com essas disciplinas nunca estariam postas em causa as aulas de Educação Física ou Físico Química, tendo afirmado que existe um compromisso em dar o currículo na íntegra, havendo lugar à compensação das aulas que eventualmente estariam por compensar, estando essa situação monitorizada e salvaguardada.-----

Afirmou que também partilhava da opinião que todas as disciplinas seriam importantes, existindo um programa para cumprir que se cruzaria disciplinarmente e que, as equipas educativas através de um trabalho de projeto cruzariam competências, sendo estas desenvolvidas por grupos de alunos.-----

Destacou a importância da senhora deputada pois atentou para o facto de se ter de melhorar a comunicação, dando conta que estariam agendadas várias reuniões a partir do mês de maio, para dar conta do ponto de situação relativamente às equipas educativas e apresentação do próximo ano letivo.-----

---Pediu a palavra a senhora deputada Anabela Blanc e, na sequência da intervenção da senhora deputada Joana Machado, relativamente aos apoios educativos, questionou diretamente a senhora Vereadora Celeste, como responsável pelo Pelouro da Educação, tendo demonstrado a sua indignação do ponto de vista pedagógico com a forma como estes apoios estariam a ser ministrados, dando como exemplo o facto de existirem agrupamentos nos concelhos vizinhos que teriam contratado professores de matemática só para apoios de matemática no período letivo passado, questionando o motivo pelo qual o Agrupamento de Escolas de Óbidos não o poderia fazer, tendo optado este, no seu entender, por retirar a dignidade às disciplinas de Educação Física e por conseguinte aos professores, sendo na sua opinião, impossível o cumprimento do programa e dar o apoio necessário a uma turma onde se registam vários graus de dificuldade.-----

Acrescentou ainda que, no seu entender, os alunos deveriam ser encaminhados para os apoios respeitando os vários graus de dificuldade, havendo ainda a possibilidade da indicação por parte dos professores de, quais os alunos que necessitariam de apoio, duvidando dos resultados que seriam alcançados bem como pela forma como esta situação seria justificada perante o Ministério da Educação.----

---A senhora Vereadora Celeste afirmou que de acordo com o projeto, se teria uma outra noção de apoio, considerando que os alunos não precisam de ser sinalizados para apoio, beneficiando estes de um apoio sistemático, acrescentando que, não seria a disciplina em si que estaria a ser renegada mas, sim o cumprimento das horas de trabalho das equipas educativas, crendo que após a apresentação final a senhora deputada iria render-se a essa nova dinâmica.-----



Assembleia Municipal de Óbidos	13
Ata n.º 2	Reunião de 29/04/2016

---Pedi a palavra o senhor deputado José Raposo que lembrou o senhor Presidente da Câmara que estariam por responder as questões relativas ao pavilhão situado no Vau bem como da questão do pavimento junto à farmácia.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado Jorge Veloso que quis que o senhor Presidente confirmasse a informação relativamente à impossibilidade de substituição da Rede de Águas no Concelho de Óbidos, ao qual o senhor Presidente da Câmara, respondeu que não iria fazer investimentos que poderiam pôr em causa a condição financeira da Câmara nessa ou noutra matéria, acrescentando ainda que os valores no âmbito dos fundos comunitários para obras de ciclo da água são muito reduzidos.-----

---A senhora deputada Sílvia Correia pediu a palavra no sentido de esclarecer e detalhar algumas das situações apresentadas na sua intervenção, terminando a sua intervenção reiterando que o senhor Presidente da Câmara deveria ter um papel de fiscalizar, controlar e pressionar.-----

---O senhor Presidente da Assembleia Municipal leu a proposta de Resolução apresentada pelo Grupo Municipal do PCP.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado José Machado referindo que se deveria implementar o Regulamento de Trânsito ou se deveria avançar na sua revisão, sugerindo que os proponentes da proposta apresentada tivessem em consideração as propostas já anteriormente apresentadas.-----

---O senhor deputado Miguel Silvestre considerou não estarem reunidas as condições necessárias para a proposta ser submetida à aprovação, sendo este, no seu entender, um assunto de alta sensibilidade, atendendo ao facto de existirem outros intervenientes no processo bem como pelo facto de ter conhecimento que o executivo municipal teria encetado algumas diligências na tentativa de resolução da situação do trânsito.-----

---O senhor deputado José Raposo referiu que, de todo o modo esta seria uma situação urgente, bem como a sua implementação carecendo de uma análise para uma possível revisão face aos constantes conflitos existentes, apelando assim ao bom senso dos deputados para a aprovação desta proposta, desculpabilizando-se pela forma como foi apresentada aos senhores deputados dos outros grupos municipais.-----

---Na sequência das intervenções que foram feitas, o senhor Presidente da Assembleia questionou os proponentes se estes pretendiam propôr à votação, ao qual o senhor deputado José Raposo informou que estes mantinham a sua pretensão desta ser remetida a apreciação atendendo à urgência da questão.-----

---O senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para esclarecer que esta situação estaria prestes a ser resolvida e que concordava com as intervenções, sendo de opinião que, o presente Regulamento de Trânsito na Vila de Óbidos, deveria ser implementado e que posteriormente fossem efetuadas as alterações que fossem necessárias.-----

Relembrou os presentes que por vezes a sinalização de trânsito não é respeitada pelos condutores, nomeadamente o de estacionamento proibido, tendo dado conta que, inclusivamente e em consonância com a Rodoviária do Tejo, já teria havido uma tentativa sem sucesso, de alteração do local da paragem de autocarro para a zona em frente às instalações dos antigos Bombeiros, devido às condicionantes



Assembleia Municipal de Óbidos		14
Ata n.º 2	Reunião de 29/04/2016	

existentes, mostrando - se disponível para acolher sugestões para a resolução do problema.-----

---Pedi novamente a palavra o senhor deputado José Raposo que aproveitou para esclarecer que a fiscalização de trânsito deveria ser reforçada por parte da GNR, não obstante ao facto da proibição de estacionamento, seria necessário, no seu entender, o impedimento da circulação de veículos, criando assim um “corredor bus”, evitando assim, na sua opinião, os sistemáticos conflitos de trânsito.-----

--- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação, não tendo a mesma sido aprovada, com dois votos a favor, doze votos contra e doze abstenções, tendo sido apresentadas declarações de voto por parte dos grupos municipais do PS e PSD.-----

---O Grupo Municipal do Partido Socialista apresentou declaração de voto que se transcreve: “Declaração de voto do Grupo Municipal do PS sobre trânsito e estacionamento na rua que tem paragem de autocarros das carreiras regulares”-----
O grupo municipal do PS também entende que a situação existente no local de paragem das carreiras regulares de autocarro, à entrada da vila de Óbidos, deve ser melhorada, para comodidade dos utentes e para facilitar o trabalho aos respetivos motoristas.-----

Insiste-se, uma vez mais, na necessidade de aplicação do Regulamento de Trânsito da Vila de Óbidos, que foi aprovado na Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2013 (portanto, há mais de 3 anos) e que está publicado no Diário da República, ou avançar-se, de imediato, com vista à sua alteração.-----

Alerta-se, mais uma vez, para o facto da sinalização de trânsito existente não estar concordante com o referido regulamento vigente e publicado no Diário da República. Trata-se de situação ilegal que já devia ter sido resolvida. Devido ao exposto, infelizmente, a GNR não tem condições para exercer eficazmente a sua ação fiscalizadora para combater os abusos de trânsito e estacionamento persistentes na vila de Óbidos.-----

O motivo para esta proposta não ter tido os votos favoráveis deste grupo municipal deve-se à mesma não ter sido divulgada com antecedência e a existir o mencionado regulamento aprovado que ainda não foi posto em prática”.-----

---O Grupo Municipal do Partido Social Democrata apresentou declaração de voto que se transcreve: “Declaração de voto-----

Entende este grupo que face à Proposta de Resolução, de 29 de Abril de 2016, apresentada pelo grupo municipal do PCP apresentar a seguinte declaração de voto:

1. Estando cientes do problema identificado na proposta parece-nos, no entanto, que a resolução não deve ser casuística, mas antes integrada na solução global de mobilidade e acessibilidade da Vila de Óbidos;-----
2. É importante que decisões desta natureza que não sejam tomadas de forma unilateral, pois é fundamental a coordenação com as entidades que prestam os serviços de transporte;-----
3. Sabe este grupo que a deslocação da paragem de autocarros para os antigos bombeiros foi algo já proposto pela Câmara Municipal à transportadora e que esta terá recusado tal cenário;-----

De acordo com estes argumentos não poderíamos votar a favor, mas solicitamos ao Município que continue atento às situações identificadas.-----

Óbidos, 29 de Abril de 2016-----
O porta-voz do Grupo Municipal do PSD, Miguel Trindade Silvestre.”-----



Assembleia Municipal de Óbidos	15
Ata n.º 2	Reunião de 29/04/2016

Ponto Três - Apreciação e eventual aprovação do reconhecimento do interesse público municipal na ampliação das instalações do Projeto “Campo Aventura”, com sede na Freguesia de Olho Marinho;-----

---Pedi a palavra a senhora deputada Cristina Rodrigues tendo dado conta inicialmente da sua intenção de voto favorável, referindo que seria mais fácil e rápido se já estivesse concluída a revisão da RAN – Reserva Agrícola Nacional, que tal como a REN – Reserva Ecológica Nacional, seriam indispensáveis para ser concluído o processo de revisão geral do PDM.-----

Lamentou ainda o atraso no processo de revisão geral do PDM, a lentidão da presente situação, bem como dos processos de ampliação das centrais fruteiras da Granfer e da Obirocha que teriam sido objeto de deliberação recente deste órgão.----

Questionou ainda acerca de qual seria a previsão atualizada para a proposta de revisão do PDM ser colocado à discussão pública.-----

---O senhor deputado José Raposo pediu a palavra dando conta da sua intenção de voto contra pois, considerava, não existir fundamentação suficiente nem estarem quantificadas algumas matérias inerentes ao pedido.-----

---O senhor Presidente da Câmara esclareceu a senhora deputada Cristina Rodrigues que, relativamente à RAN (Reserva Agrícola Nacional) bruta e RAN líquida, já teriam sido enviadas contudo, em comparação com a existente no PDM em noventa e seis seria maior em termos de área, carecendo assim de uma reunião com a DRAPLVT como tentativa de resolução de muitos dos casos., acrescentando que a revisão do PDM não iria resolver esta questão em particular, estando a aguardar uma resposta por parte das entidades competentes.-----

Referiu por último que, a revisão do PDM seria efetuada desde que fossem garantidas melhores condições para o futuro do que as verificadas à presente data.--

---O senhor Presidente da Assembleia Municipal teceu algumas considerações sobre este tema, tendo sensibilizado os presentes para a complexidade do processo.-----

--- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor, dois votos contra e duas abstenções.-----

Aprovado em minuta por unanimidade.-----

Ponto Quatro - Apreciação e eventual aprovação do reconhecimento do interesse público municipal da atividade de formação e treino de equipas de competição a desenvolver pela ASUPP - ASSOCIAÇÃO DE STAND UP PADDLE BOARDING DE PORTUGAL, com sede na Freguesia do Vau;-----

--- Não havendo intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

Aprovado em minuta por unanimidade.-----

Ponto Cinco - Apreciação e eventual aprovação do reconhecimento do interesse público municipal do local de enchimento de pulverizadores, localizado no Carregal, sito na Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Sobral da Lagoa;-----

---O senhor deputado José Raposo fez referência à forma como a proposta teria sido levada à apreciação da Assembleia Municipal, tendo somente sido apresentado um ofício dirigido ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Óbidos, por parte do Centro de Gestão de Empresas Agrícolas de Óbidos não tendo sido anexados os documentos e informações, não estando no seu entender, devidamente fundamentada.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		16
Ata n.º 2	Reunião de 29/04/2016	

---O senhor Presidente da Assembleia informou que estariam reunidas as condições para a aceitação do ponto.-----

---O senhor Presidente da Câmara admitiu que a informação poderia não ser a suficiente, contudo, para uma melhor apreciação, esclareceu que foi introduzida no ano de dois mil e quatro, legislação com regime transitório de adaptação, para utilização e manuseamento de produtos fito-fármacos.-----

Salientou que esta intenção do Centro de Gestão foi acompanhada dos serviços técnicos municipais, através de proposta de projeto de acordo com a legislação por forma a evitar derrames e contaminações que por ventura pudessem existir.-----

Acrescentou ainda que, se trataria de uma área de aproximadamente de duzentos metros quadrados, referindo que a sua localização seria imediatamente antes da Estação Elevatória, numa zona seca, classificada de RAN, tendo havido uma missiva por parte do Centro de Gestão de Óbidos, junto da DRAPLVT para desafetar a RAN, tendo lhes sido exigido uma Declaração de Interesse Público Municipal, considerando esta ser uma mais valia para a segurança das pessoas e do ponto de vista ambiental.-----

--- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

Aprovado em minuta por unanimidade.-----

Ponto Seis - Declarações no âmbito da LCPA, para conhecimento, conforme o previsto na a alínea c) do n.º 2 do artigo 15.º da LCPA, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;-----

---Pedi a palavra o senhor deputado José Machado que referiu o facto que de acordo com a legislação em vigor, ter de ser dado conhecimento à Assembleia Municipal das dívidas a receber pela Câmara Municipal, tendo sido cumprida esta formalidade.-----

Alertou para o facto de dezenas de posições da lista que lhe teria sido apresentada de devedores à Câmara, serem de quem já, há vários anos, deixou de fazer qualquer pagamento no mercado, acrescentando que, nessas situações, não existiria referência das tentativas de cobrança das dívidas, questionando o executivo se esperaria cobrar essas dívidas.-----

---O senhor presidente da Câmara respondeu que tem vindo a ser tomadas todas as diligências para o efeito.-----

--- Foi dado conhecimento à Assembleia Municipal-----

Ponto Sete - Avaliação de terreno da ETAR do Casalinho – Relatório de peritagem, para conhecimento;-----

---Pedi a palavra a senhora deputada Cristina Rodrigues fez saber que se trataria de um terreno com dez mil metros quadrados, cedido gratuitamente à Câmara para o domínio público.-----

Referiu ainda que em abril de dois mil e onze teria sido deliberado, pela Assembleia Municipal de Óbidos, a desafetação para o domínio privado desse terreno onde se encontrava implantada a ETAR de Casalinho, junto à lagoa de Óbidos, tendo a Câmara Municipal, lhe atribuído um valor de setecentos e catorze mil euros, no património municipal e contabilidade municipal, tendo sido no seu entender, um contributo para alguns rácios contabilísticos.-----

Deu conta ainda que após peritagens, a Câmara aprovou, por unanimidade, que aceitaria que o valor desse terreno fosse de cento e cinco mil euros, ou seja, que teria aceitado fazer uma redução de oitenta e cinco por cento ao valor com que este



Assembleia Municipal de Óbidos		17
Ata n.º 2	Reunião de 29/04/2016	

terreno foi registado na contabilidade do Município, tendo acrescentado ainda que, segundo o contencioso com as Águas do Oeste existiria a divergência de um milhão e meio de euros de faturas não registadas na contabilidade da Câmara (segundo o parecer do ROC), sendo que a justificação seria que aquela empresa não construiu algumas infraestruturas e que o referido terreno que considerava anteriormente valer setecentos e catorze mil euros deveria entrar em acerto de contas, tendo questionado o executivo se já teria sido retificado o seu valor no património municipal e por conseguinte se já teria sido reduzido no ativo municipal.-----

---O senhor deputado José Raposo tomou a palavra para pedir esclarecimentos no sentido de aferir a forma como teria sido avaliado o terreno.-----

---O senhor Presidente da Câmara explicou que não foi a Câmara que fez a avaliação, tendo este resultado de uma avaliação feita pelas Finanças sobre aquele prédio.-----

De acordo com o relatório, foi do entendimento das Águas do Oeste, que o terreno não teria valor, atendendo a que a Câmara não comprou nem teve qualquer despesa nesse terreno, contudo e atendendo à não concordância por parte do Município, e através do tribunal arbitral, e após as respetivas peritagens foi acordado o valor de cento e cinco mil euros.-----

Quanto ao valor que estaria inscrito no ativo, afirmou que teria dúvidas, tendo lembrado que teria sido feita uma avaliação por uma entidade externa a todos os ativos seja no domínio privativo e domínio público do Município.-----

Por fim esclareceu que ao ser feita a aceitação e autorização da transação, afirmou que o que estaria inscrito do ponto de vista do inventário teria de ser retirado ao mesmo, pois o prédio deixaria de ser propriedade do Município.-----

---O senhor deputado José Luís Oliveira afirmou que se estaria a falar de terrenos, não sendo estes amortizáveis, não tendo influência nos resultados, pois iriam sair do ativo fixo e dos fundos próprios, concluindo que em termos de rácios teria uma influência muito diminuta.-----

--- Foi dado conhecimento à Assembleia Municipal-----

Ponto Oito - Apreciação e eventual aprovação do Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação – 2015, conforme previsto na alínea I) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:-----

---Pedi a palavra a senhora deputada Cristina Rodrigues que afirmou ser positivo o Município de Óbidos ter todos os seus bens inventariados, contudo, deu conta da existência de valores questionáveis no Inventário, recomendando que fosse feita uma revisão da valorização do património municipal que é vendável, dando como exemplo as estradas, a Praça de Santa Maria e as escolas, numa perspetiva de contribuição dos respetivos valores contabilísticos para os rácios de saúde financeira do município.-----

--- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovado por maioria com dezasseis votos a favor e dez abstenções. -----
Aprovado em minuta por unanimidade. -----

---O Grupo Municipal do Partido Socialista apresentou declaração de voto que se transcreve: “ Declaração de voto do Grupo Municipal do PS:-----

Consideramos ser positivo o município de Óbidos ter todos os seus bens inventariados.-----



Assembleia Municipal de Óbidos	18
Ata n.º 2	Reunião de 29/04/2016

Porém, há valores questionáveis no Inventário, por os seus valores serem muito inferiores ao que se pratica atualmente no mercado. Estes emolumentos têm servido para proporcionar rácios/indicadores inflacionados.-----

Recomendamos que se faça uma revisão da valorização do património municipal que é vendável. Quanto às estradas, à praça de Santa Maria e às escolas, porque supomos que nunca serão vendidas, a contribuição dos respetivos valores contabilísticos para os rácios/indicadores da saúde financeira do município, valem o que valem... -----

Em face do exposto, o grupo Municipal do PS absteve-se.”-----

Ponto Nove - Apreciação e eventual aprovação dos documentos de Prestação de Contas do Município de Óbidos, relativo ao exercício do ano de 2015:-----

---Pedi a palavra o senhor deputado José Machado que se transcreve: “Em 2015 as despesas ultrapassaram as receitas, ambas correntes mais capital, em 1,3 milhões de euros. Se não fosse a necessidade imperiosa de amortização da dívida de médio e longo prazo e pagamento de juros, as despesas teriam sido idênticas às receitas. Isto porque foram também de 1,3 milhões de euros, no ano de 2015.-----

É de salientar que, em 2015, registaram-se, relativamente aos últimos 10 anos municipais, as receitas e as despesas de menor valor, salientando também a existência de um esforço de contenção de custos e redução de despesa corrente.----

No ano passado, a redução do passivo de médio e longo prazo não foi uma opção de gestão, mas uma inevitabilidade resultante de já ter passado o período de carência de capital dos empréstimos bancários. Agora há que pagar, em cada ano, mais de um milhão de euros.-----

Embora o relatório contenha aspetos positivos, alerta-se que os rácios de investimento público no concelho, constantes do mesmo, não são comparáveis. Exemplos: Numas ocasiões obras como a 1ª construção da Escola Josefa de Óbidos, a barragem ou a A8 não passaram pela contabilidade municipal. Já a remodelação e ampliação da Escola Josefa de Óbidos (cerca de 6 milhões de euros) passou pela contabilidade municipal, embora com os custos suportados por fundos da União Europeia do Ministério da Educação.-----

Já hoje foi aqui recordada a seguinte passagem do discurso do sr. presidente da Câmara no último feriado municipal:”...o Município de Óbidos acaba de fechar mais um exercício com uma excelente performance financeira”-----

Mas, afinal houve, mais uma vez, é o quarto ano consecutivo de resultado negativo. Na verdade, o prejuízo havido, o ano passado, foi menor que no anterior. Mas foi prejuízo e a Câmara devia ter a ambição de não ter prejuízo.-----

Mais uma nota: afinal, era o grupo municipal do PS e não do PSD que tinha razão quando, há mais de um ano, prevemos que a receita de IMI iria subir de modo a poder acomodar uma redução de taxa daquele imposto. Propusemos então uma descida de 0,375% para 0,3%. Os contribuintes pagaram, em 2015, ao município de Óbidos, uma taxa 25% mais elevada do que em muitos outros municípios, como Caldas da Rainha e Lisboa. -----

Salientam-se a reserva e a ênfase do ROC, quanto aos valores que a Câmara afirma ter a receber, desde há muitos anos, dos municípios de Caldas da Rainha e de Peniche, num total de 570.000 €.-----

O ROC também refere a Câmara não ter contabilizadas faturas das Águas no Oeste, no valor aproximado de 1.500.000 €, assim, parece faltarem provisões contabilísticas para este possível buraco de perto de 2 milhões de euros.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		19
Ata n.º 2	Reunião de 29/04/2016	

Parece também faltar provisão contabilística adequada para fazer face ao possível pagamento de valor superior a um milhão de euros ao antigo proprietário do terreno onde está o supermercado Pingo Doce.-----

Uma das ilações a tirar desta prestação de contas é que para além de aspetos positivos que há na gestão, a necessidade de reduzir mais os serviços externos.-----

Mais um exemplo de possível e desejável redução de custos: de acordo com documentação apresentada na anterior sessão desta assembleia, a CMO prevê gastar de energia elétrica, em 12 meses, um valor de 984.000 €. É possível reduzir significativamente este valor, melhorando a eficiência energética, com medidas de melhoria adequadas.-----

--- Tomou a palavra a senhora deputada Cristina Rodrigues que aproveitou para referir que, segundo o relatório em análise, no ano de dois mil e dez eram trezentos e sessenta e dois e agora são duzentos e oitenta e sete os funcionários da Câmara, tendo sido registada uma redução de setenta e quatro funcionários municipais, mais as reduções havidas na empresa municipal, o que implicava uma redução global superior a cem funcionários municipais no espaço de seis anos.-----

Realçou ainda, que a maioria dos atuais trabalhadores, detinham um curso superior ou o décimo segundo ano de escolaridade, tendo na sua opinião, que ser aproveitado melhor este potencial e, se possível reduzir custos com a contratação de serviços externos. -----

---Pedi a palavra o senhor deputado José Luís Oliveira que após cumprimentar os presentes, quis esclarecer o senhor deputado José Machado no que dizia respeito aos eventuais prejuízos verificados, lembrando que antigamente não havia amortizações a nível das apresentações de contas, e daí os prejuízos serem inferiores ou, os resultados serem positivos, dando conta que nos dias de hoje existem Municípios que apresentam inventários abaixo da realidade para que não tenham amortizações e por conseguinte tenham resultados mais favoráveis, afirmando que essa não seria prática do Município de Óbidos, tendo na sua opinião, demonstrado muita seriedade na apresentação das contas.-----

Posteriormente efetuou uma análise aos documentos apresentados que se transcreve: “Da análise às demonstrações financeiras e demais documentos apresentados constata-se rigor, responsabilidade, contensão nas despesas e enorme capacidade de se adaptar em cada exercício.-----

Não nos podemos esquecer das dificuldades económicas que existem. Também a nível Nacional tem havido grandes atrasos em relação à abertura das candidaturas ao Portugal 2020. Além desta situação o governo Português não está a responder aos projetos que estão a decorrer, situação que atrofia a economia, não só a nível autárquico, como a nível empresarial.-----

Pois, Os projetos que normalmente vem para apoiar a agricultura, e não podemos esquecer que vivemos num concelho predominantemente agrícola, não saíram na sua grande maioria, e ao saírem neste momento, os agricultores já não podem utilizar muitos dos projetos para desenvolvimento da atividade para o ano que está a decorrer. Situação que atrasa o desenvolvimento das empresas agrícolas, da economia e de todas as empresas que dependem diretamente da agricultura.-----

Na demonstração de resultados, os resultados em 2015 muito superiores ao ano anterior. Se fizessem como antigamente, não colocavam amortizações e teríamos um lucro de mais de mais 1,647 Milhões de euros.-----

Capacidade de diminuição das despesas na proporção das receitas.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		20
Ata n.º 2	Reunião de 29/04/2016	

Mesmo assim, conseguiu uma execução física no âmbito social de 91,6%.-----
Embora os resultados sejam ainda negativos, são muito superiores ao ano anterior, estes resultados apenas são negativos pelo valor de 2,427 milhões de euros de amortizações, com esta situação o Cash Flow atinge este ano um valor de 1,634 milhões de euros positivos. -----

De salientar, o montante de transferências e subsídios correntes concedidos de cerca 945 mil euros, diminuição dos fornecimentos e serviços externos e diminuição dos custos com pessoal. -----

De notar que os custos com pessoal são 39.78% dos proveitos operacionais, situação que inveja muitas empresas e autarquias deste País.-----

Continuamos a verificar que as críticas que existiram e o receio em relação ao terminar das receitas de IMT, não tinham qualquer fundamento, pois começam a produzir efeitos em IMI. Os valores de IMI que continuam com tendência de crescimento. Se há época, não tivesse existido o arrojo e disponibilidade para tomar essas decisões, gostaria de saber onde iriam buscar hoje e no futuro, muitos dos rendimentos que o nosso concelho tem e irá ter. -----

A isto chama-se visão.-----

Podemos dizer que existia em 31 de Dezembro de 2015, uma dívida de 1.635 M€ onde 775 mil euros são dívida para pagamento a médio e longo prazo, caso de FAM e Terreno do Parque tecnológico, o que nos indica uma dívida de curto prazo de 860 mil euros. Podemos dizer que para uma dívida de curto prazo de 860 mil euros, existe em caixa e bancos um valor de 881 mil euros. Situação mais do que estável e sólida financeiramente. -----

Ainda, ao analisar o balanço verificamos que em proveitos diferidos há um valor superior a 21,716 Milhões de Euros, que vão contribuir para lucros futuros. -----

Perante o referido, o município está a criar situação económica e financeira estável no momento e a preparar o futuro.-----

Os rácios apresentados tais como a liquidez geral 2.94; Solvabilidade 198.21%; Endividamento 33.88%; Autonomia financeira 67.14%; Cobertura do Activo 295.20%; e Cash Flow 1,634, demonstram a solidez do nosso Município, esta situação foi criada durante os últimos anos de gestão PSD, não desvalorizando de forma alguma outros que passaram.-----

Perante isto, resta-nos, dar os parabéns e agradecer ao órgão executivo, fornecedores, bancos, colaboradores, munícipes e a todos os que contribuíram para que esta gestão do nosso Município fosse possível.-----

---Pedi a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Olho Marinho , Hélder Mesquita que aproveitou para destacar os montantes que teriam sido afetos às Freguesias e Associação de Municípios, sendo uma mais valia no seu entender, porque inclusivamente poderiam as freguesias beneficiar de equipamentos desde que solicitados atempadamente, tendo dado como exemplo uma tenda para eventos, cujo aluguer para cinco dias, teria uma custo de aproximadamente seis mil euros.-----
Destacou ainda os valores para obras, tendo realçado o esforço da Câmara Municipal.-----

---Pedi a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gaeiras, Luís do Coito Ribeiro, que também realçou os valores apresentados bem como, pelo facto das Juntas de Freguesias, na sua opinião, terem colaborado na redução do número de trabalhadores do Município, tendo sido transferidas mais responsabilidades às



Assembleia Municipal de Óbidos		21
Ata n.º 2	Reunião de 29/04/2016	

freguesias, colaborando assim, no seu entender, para a rentabilização do dinheiro do Município.-----

---O senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para referir que, no ano em que a execução ou captação de receitas do anterior quadro comunitário de apoio ou do novo quadro de apoio Portugal 2020, foi praticamente zero, conseguiu-se uma execução de catorze milhões de euros.-----

Afirmou ainda que o somatório da despesa corrente e de capital, foi superior ao somatório das receitas correntes e de capital, não obstante ao facto de só o conseguirem fazer por força das disponibilidades de tesouraria que terminaram em trinta e um de dezembro de dois mil e catorze.-----

Acrescentou também que num momento em que não houve praticamente financiamento europeu, nem da Administração Central, conseguiram manter todos os programas e de investimento em ação social, para além da dimensão de apoio educativo, devendo-se no seu entender, à capacidade de adaptação às circunstâncias, tendo assim permitido financiar as despesas de capital, afirmando que iria continuar a apostar na descentralização na confiança nos autarcas de proximidade.-----

Referiu que o Município de Óbidos teria valores a receber relativamente à Escola Josefa de Óbidos, nomeadamente por parte da DGESTE, mais de cento e cinquenta mil euros,, e por parte dos fundos comunitários cerca de trezentos mil euros, obrigando assim, na sua opinião a um grande esforço e uma gestão rigorosa, repetindo que a Câmara de Óbidos tem uma excelente performance financeira.-----

Por último relativamente ao IMI, salientou que que não devem ser comparados os Municípios sem se olhar para um todo, que seriam os impostos arrecadados, exigindo mais rigor nas comparações, afirmando que o Município deixou de receber à conta da decisão consciente que tomou, mais de um milhão e meio de euros, na Derrama, IRS e no IMI.-----

**--- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovado por maioria com catorze votos a favor, dez abstenções e dois votos contra.-----
Aprovado em minuta por unanimidade. -----**

---O Grupo Municipal do Partido Socialista apresentou declaração de voto que se transcreve: “ Declaração de voto do Grupo Municipal do PS-----

Verifica-se que no ano de 2015 se registou novamente prejuízo. É o 4º ano seguido em que há prejuízo. -----

Em 2015 as despesas ultrapassaram as receitas em 1,3 milhões de euros.-----

De salientar que o PSD de Óbidos fez publicar na imprensa, pouco antes das últimas eleições autárquicas, há quase três anos, que a Câmara tinha a receber de terceiros 10 milhões de euros, valor que chegava para pagar as dívidas bancárias do Município. O PSD de Óbidos acusou então a oposição de carecer de conhecimento ou seriedade. Entretanto, a dívida a receber de terceiros pela Câmara baixou muito, sendo agora inferior a 2 milhões de euros. Falta uma explicação para o facto de só ter sido utilizada uma pequena parte deste dinheiro para o abatimento da dívida bancária.-----

Salientamos as reservas constantes no parecer do ROC e afigura-se-nos serem insuficientes algumas provisões, designadamente devido a processos judiciais contra a Câmara Municipal.-----

Há reservas quanto à correta e atualizada valorização de vários bens que estão no activo do balanço municipal e recordamos que em 2012 houve uma redução do valor



Assembleia Municipal de Óbidos	22
Ata n.º 2	Reunião de 29/04/2016

do ativo em cerca de 47 milhões de euros. Vários rácios apresentados para tentar demonstrar ser muito boa a situação financeira da Câmara, derivam do valor do património municipal, o qual em parte não será vendável e outra tem, atualmente, preços de mercado inferiores à valorização que registada na contabilidade.-----

A apresentada análise do investimento público, per capita, no concelho, ao longo de anos, compara “alhos com bugalhos”. Por exemplo: a obra da barragem e albufeira do Arnóia não teve contabilização municipal, enquanto a obra de requalificação da Escola Josefa de Óbidos já é contabilizada municipalmente, mas ambas não foram suportadas pelos dinheiros municipais.-----

Relembramos que o Plano de Ajustamento Financeiro do Município de Óbidos que vai vigorar até ao ano de 2026, não era necessário se parte da receita extraordinária, no valor de 18 milhões de euros, relativa aos dois últimos alvarás de empreendimentos turísticos (Royal Óbidos e Falésia d’El-Rei) fosse utilizada para pagar as dívidas do Município.-----

Voltamos a sugerir que se reduzem despesas evitáveis e sem efeito designadamente social nos munícipes, as chamadas “gorduras”. Por exemplo: o Município de Óbidos gastou muito dinheiro em trabalhos a mais de obras e multiplicou despesas com juristas.-----

A situação financeira da Câmara de Óbidos merece cuidado acompanhamento”.-----

Ponto Dez - Relatório e Contas da Óbidos Criativa, E.M. do exercício de 2015, para conhecimento:-----

---Pedi a palavra a senhora deputada Cristina Rodrigues que analisando as contas da empresa municipal verificou que existiria um prejuízo de cinquenta e um mil euros referindo ainda que, o Revisor Oficial de Contas fez reservas a esta prestação de contas-----

Acrescentou que do prejuízo da empresa municipal pareceria concluir-se que era precisa uma gestão mais rigorosa, sendo uma possibilidade retornar, por exemplo, o serviço dos museus para a Câmara.-----

Concluiu que através dos elementos apresentados, que os grandes eventos não teriam o número de visitantes divulgados na comunicação social, correspondendo a uma média de cinquenta mil visitantes por cada grande evento, atendendo ao número de bilhetes vendidos.-----

Lembrou por fim que, as contas da OBITEC, empresa que gere o Parque Tecnológico, deveriam ser trazidas ao conhecimento da Assembleia, na expectativa que tal acontecesse na próxima sessão da Assembleia Municipal e, nos termos da lei setenta e três barra dois mil e treze - Regime Financeiro das Autarquias Locais, aquando da análise das contas consolidadas do Município.-----

---O senhor deputado Jorge Veloso questionou se o Sr. José Parreira seria substituído, pois caso não o tivesse sido, daria a impressão que a empresa municipal teria pessoal a mais.-----

---O senhor deputado José Luís Oliveira pediu a palavra cuja intervenção se transcreve: “Da análise às demonstrações financeiras e demais documentos apresentados, de referir e reforçar o que disse em relação às análises intercalares e aos resultados apresentados na Assembleia de fevereiro, Pois aquilo que parece num momento não o é na realidade no final.-----

Na demonstração de resultados, é de notar a não existência de contrato programa com o Município e subida enorme nas vendas e prestações de serviços. Já sei, que vão dizer que houve a venda de lotes, mas informo mais uma vez, que os mesmos



Assembleia Municipal de Óbidos		23
Ata n.º 2	Reunião de 29/04/2016	

são transmitidos a preço de custo, e que não influenciam em nada os resultados, porque uma coisa que é vendida ao mesmo preço de compra não tem reflexo no resultado. De referir ainda que o FSE inferior ao ano anterior; gastos com pessoal inferiores ao ano anterior; EBITDA Positivo e um Resultado negativo de 34,745.41, se retirarem as amortizações de 30 962.79 o resultado seria negativo, mas de apenas 3 782.62€.

No balanço, é de referir o ativo circulante contra um passivo circulante, nomeadamente o Ativo circulante de 1 024 501.01€ e Passivo circulante de 336 287.61€, de referir que não há passivo de médio e longo prazo, registando uma liquidez geral de 3.05 vezes.

A rotação do Ativo fixo em relação às vendas e prestações de serviços é de 3.25 vezes, concluindo que esta situação demonstra a existência de bom investimento e estes rácios demonstram a solidez da Óbidos Criativa.

Perante isto, resta-nos, dar os parabéns e agradecer à administração, aos clientes, aos fornecedores, aos colaboradores, e a todos os que contribuíram para que esta gestão da Óbidos Criativa fosse possível”.

---O senhor deputado José Machado referiu que foi no exercício do ano de dois mil e quinze, que a empresa municipal deixou de ter dívida bancária ao Banco Barclays porque a Câmara Municipal a assumiu.

---O senhor deputado José Luís Oliveira esclareceu que se o dinheiro não tivesse entrado a Óbidos Criativa teria tido lucro, pois não teria uma variação de produção negativa de aproximadamente um milhão de euros.

--- **Foi dado conhecimento à Assembleia Municipal**

Ponto Onze - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Óbidos acerca da atividade do município, de acordo com a alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

--- E por nada mais haver a tratar, pelas vinte e duas horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e nove de abril do corrente ano, o senhor Presidente da mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião, tendo agradecido a colaboração de todos, do que para constar se lavrou a presente ata, que foi aprovada em minuta no final da mesma, deliberado pela maioria dos membros presentes, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, da Lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze de dois de setembro.

--- E eu, Ana Sofia Reis Eusébio, lavrei a presente ata, também vou assinar.